

EDUCAR PARA AGIR

Refletindo sobre a educação do campo e o conceito de liberdade em Hannah Arendt

Josué Silva Figueira¹
José de Ribamar Sá Silva²

RESUMO

Discute-se a necessidade de um espaço de atuação dos sujeitos formados no campo. Defende-se que a educação do campo é uma possibilidade de qualificar esses sujeitos para a transformação de sua realidade. Observa-se que, apesar dos esforços de organizações e movimentos sociais, as políticas para a educação do campo ainda são insuficientes para garantir a formação do ser humano livre. Busca-se, pois, associar ao debate da educação do campo, as noções de Hannah Arendt sobre liberdade, participação e espaço público.

Palavras-chave: Liberdade; Espaço público; Educação do campo; Políticas públicas.

ABSTRACT

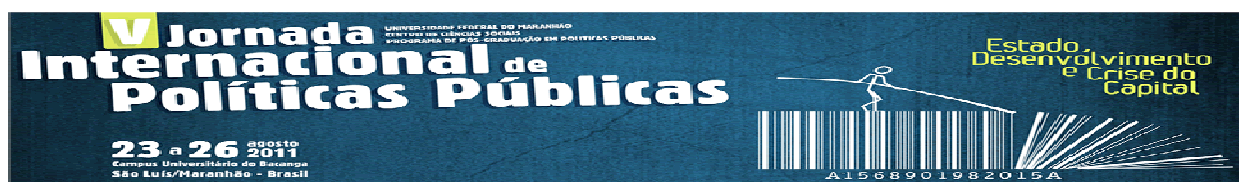
It discusses the need for an area of activity of people educated in the rural area. It is argued that rural education is a good opportunity to empower people for the transformation of their reality. It is observed that, despite the efforts of organizations and social movements, policies for rural education are still insufficient to ensure the formation of free human. Therefore, we intend to join the debate about the rural education, the ideas of Hannah Arendt on freedom, participation and public space.

Keywords: Freedom; Public space; Rural education; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

¹ Estudante. Universidade Federal do Maranhão. josue.figueira@hotmail.com

² Doutor. Universidade Federal do Maranhão. zederiba@hotmail.com



Por um longo período da formação social do Brasil, o acesso à educação foi privilégio de poucos. Mesmo sendo um país de origem agrária, com a industrialização em meados do século XX, a dinâmica urbana passou a ser determinante, de modo que as políticas públicas são claramente influenciadas pela necessidade de responder a demandas emergentes da vida na cidade.

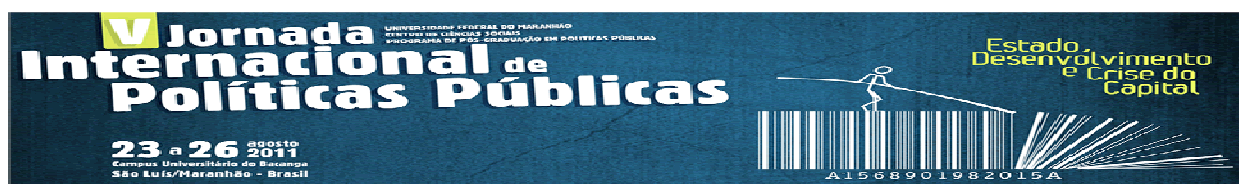
Nessas circunstâncias, além de tornarem exíguas para as populações rurais as possibilidades de acesso à educação sistematizada, as concepções que a norteiam refletem dilemas e aspirações concernentes à realidade da urbanização em marcha e dos processos requisitos socioeconômicos. A educação no rural, quando existente, caracteriza-se mais como processo de preparação de mão de obra para as atividades do setor agrícola, do que propriamente uma formação geral do ser humano. Ressalvadas as iniciativas particulares de cunho emancipatório, essa realidade perdurou por muito tempo, sem que o poder público tivesse qualquer intervenção significativa.

No momento que se iniciou, por pressões sociais e externas, processo de expansão do ensino fundamental para a zona rural, os sistemas públicos de educação tentaram transplantar para o campo o mesmo modelo de escola ofertado na cidade. Surge, então, uma proposição concebida na dinâmica das lutas sociais do campo, que propõe uma educação no campo, do campo e para o campo.

Essa concepção, ao entrar na agenda pública e se configurar em uma política de educação, arrisca-se a formar sujeitos para um espaço precário e pouco fértil para a atuação desses sujeitos. Assim, buscamos discutir neste artigo, a importância de se construir uma efetiva transformação do campo brasileiro e, nessa perspectiva, sugerimos a aproximação entre o debate da educação do campo e a noção de liberdade, trabalhada pela filósofa Hannah Arendt.

2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E SEUS PRINCÍPIOS

Segundo dados do IBGE, na atualidade, 15% da população no país residem no campo. Esse número tem sofrido, a cada ano, um decréscimo significativo à medida que



boa parte das pessoas migra para as cidades ou para outras áreas mais dinâmicas, em busca de melhores condições de vida. Diante de vários fatores que impulsionam esse movimento, a precariedade do ensino nas escolas do campo tem se mostrado determinante.

Por outro lado, esse problema acarreta outros, pois, na maioria das vezes, o deslocamento do campo para a cidade, além de um grave estranhamento cultural, resulta em condições de vida inferiores às de outrora. Visando atenuar esses efeitos, a ação pública buscou implementar um modelo de educação rural que pudesse garantir a permanência do homem no campo.

Recentemente, tendo em vista que o modelo educação até então ofertado no campo almejava a fixação do homem, mas não lhe propiciava as ferramentas mínimas para compreensão da realidade, os movimentos sociais passaram a construir uma concepção de educação que propiciasse a formação de sujeitos críticos, capazes de discernir e analisar racionalmente a sua própria existência. Nessa perspectiva, o MST desempenha um papel imprescindível, pois engrena a luta por uma educação do campo capaz de formar sujeitos do campo para o campo. Como ressalta Souza (2006, p.57):

O MST vem sendo um dos sujeitos centrais na luta pela Educação do Campo, pensando as áreas de assentamento e acampamentos especialmente. Trata-se de uma proposta que tenta desenvolver uma concepção humanista e crítica da educação, sustentadas em teoria da aprendizagem sociocultural.

Desse modo, a partir do I Encontro dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, em 1997, e da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, o processo de luta pela educação do campo foi se ampliando cada vez mais, até que, em 2001, foram aprovadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, onde estava implícita a possibilidade de se elaborarem propostas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo. Do mesmo modo, a organização do ensino deve priorizar a gestão democrática, o acesso aos avanços científicos e tecnológicos, tendo em vista suas contribuições para melhorar as condições de vida da população (BRASIL, 2001, p.25).

Essas diretrizes têm como base os princípios que norteiam a Educação do Campo, propostos num documento produzido durante a I Conferência Nacional: “Por uma Educação Básica no Campo”, 1998: *“educação e formação; valorização; transformação da pessoa humana em todas suas dimensões; educação para transformação social; educação de*



valores; educação a serviço da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o nosso país; educação; trabalho; produção, cultura e cooperação; educação pelo povo: o movimento social como agente de sua própria educação”. Tais princípios visam a uma proposta que, diferente de educação rural, não destaca a exclusão e a carência social, mas que afirma a identidade sociocultural como forma de aprendizagem, levando em consideração as especificidades de cada sujeito.

A partir das diretrizes, o governo brasileiro procurou incentivar as experiências educacionais, com a cooperação entre as instituições públicas de ensino superior, as entidades do movimento social e órgãos públicos de gestão. Mais recentemente, foram criadas as primeiras licenciaturas para formação de professores do campo, num processo que se desenvolve sobre muitos obstáculos, mas que reafirma as conquistas da população do campo. Em seus projetos político-pedagógicos, esses cursos procuram refletir os princípios da educação campo, buscando formar sujeitos técnica, política e socialmente competentes para a intervenção qualificada na realidade que os cerca – ainda que os diversos processos de implementação, por razões variadas, nem sempre consigam preservar fidelidade a esses princípios.

3 A NOÇÃO DE LIBERDADE EM HANNAH ARENDT

Identificada por muitos autores como a pensadora da liberdade, Hannah Arendt viveu as grandes transformações políticas do século XX. Dedicou-se a investigação da constituição dos regimes totalitários que se instalaram nesse período. Esse é o ponto de partida para a compreensão da liberdade em Arendt, pois para ela, o totalitarismo destruiu por meio da força e da violência, todo o espaço público de ação e comunicação entre os homens, em outras palavras, destruiu a liberdade política. Ressalta Arendt (2005, p.191):

O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. E mesmo hoje em dia, quer o saibamos ou não, devemos ter sempre isso em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato do homem ser dotado de ação; pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade.



Quando fala em liberdade política Arendt está tratando de algo que o homem foi perdendo no decorrer da história de muitas sociedades, a participação nas decisões políticas. Essa liberdade que o homem tem de participar das discussões no espaço público está fundamentada na forma de governo da *Polis* grega, onde era propiciado aos homens um espaço no qual ele pudessem agir. Assim, a liberdade política se caracteriza pela ação do homem, não uma ação que se encontra submetida ao intelecto nem aos ditames da vontade, mas uma ação que possa propiciar a liberdade de expressão e de pensamento. Arendt (2005, p.191) nos chama atenção para o fato de que:

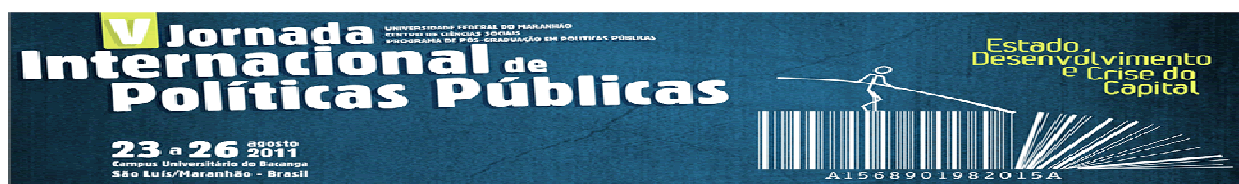
A liberdade, que encontra na pluralidade sua expressão, tem constituição no mundo político onde ocorrem os negócios humanos, de modo que uma liberdade apenas teórica não é capaz de habitar a ação, pois esta se dá no mundo fenomênico especialmente no seu “campo original”, o âmbito da política.

Contudo, o conceito de liberdade em Hannah Arendt está diretamente associado à possibilidade que os homens têm de se organizarem e se comunicarem por meio da opinião em busca de uma nova iniciativa, trata-se de uma liberdade que carrega consigo um sentido antropológico, na medida em que permite aos homens estabelecer uma realidade que lhes pertence.

4- EDUCAR PARA AGIR: A ESCOLA DO CAMPO ENCONTRA ARENDT?

Como já destacamos, a luta pela Educação do Campo surge no momento em que se percebe que a lógica da educação dominante não permite a formação de sujeitos críticos, qualificados social e politicamente para agir e transformar sua realidade. Colocam-se, pois, muitos desafios de concepção e a construção dessa educação. Assim, pensar a educação do campo e para o campo, sem que o próprio campo se transforme num local de oportunidades reais e efetivas para os sujeitos, pode representar um retrocesso ao velho modelo educacional, na medida em que, na prática, apenas seria retardada por algum a partida desses sujeitos rumo à cidade em busca de trabalho.

A possibilidade de conceber e construir uma formação que reafirme valores e interesses culturais, econômicos e sociais dos povos do campo - ou seja, uma educação do campo, no campo e para o campo – situa-se muito além de uma proposta pedagógica que ressalte a especificidade desses povos, esse seja um principio basilar para tal educação. É



imprescindível que se construa a possibilidade de transformar o campo no espaço de atuação profissional e intervenção dos sujeitos em formação. De certo, essa preocupação já estava manifesta na Conferência de Luziânia (Goiás), quando se ressaltou que só é possível lutar por uma educação básica do campo se ela estiver vinculada à construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo e à garantia de acesso à educação para todo o povo (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999). Todavia, o que parece claro, até agora, é que a ênfase do debate sobre *Educação do campo* está apenas na elaboração de uma pedagogia capaz de fornecer uma educação mais eficaz para quem vive no campo, como resalta CALDART (2008, p. 72):

Mas tem aparecido outra tensão no debate dos últimos anos: se alguns negam ou fazem crítica à Educação do campo porque ela trata de uma particularidade, outros a estão criticando porque ela não dá conta de todas as particularidades presentes na realidade dos trabalhadores do campo hoje e, então, seria preciso um esforço de pensar a educação desde cada uma delas: pensar na educação dos camponeses, na educação dos assalariados do campo, na educação dos povos da floresta, na educação dos quilombolas.

A educação do campo possui uma complexidade muito ampla, de maneira que sua concretização na escola constitui apenas uma de suas dimensões. Desse modo, acreditamos que é necessário promover o encontro da educação do campo com Hannah Arendt, ou seja, é preciso inserir na discussão e na construção da educação do campo os pressupostos *arendtianos* de liberdade, na perspectiva de formação de sujeitos para a ação. Não somente para um agir atrelado à prática cotidiana do trabalho no campo, mas um agir para garantir - pela intervenção política, pela participação no processo das políticas públicas - que o campo se torne o espaço de atuação dos sujeitos nos diferentes meios de produção e reprodução da vida. Como menciona CALDART (2008, p. 77):

Na Educação do Campo, o debate do campo precede o da educação ou da pedagogia, ainda que o tempo todo se relacione com ele. E, para nós, o debate de campo é fundamentalmente debate sobre o trabalho no campo. Quer traz colada a dimensão da cultura, vinculada às relações sociais e aos processos produtivos da existência social no campo

Na perspectiva de Arendt, somente por meio da formação de sujeitos autônomos capazes de contribuir nas decisões políticas que se é capaz de conservar o espaço público. É esse entendimento do espaço público que vai permitir que os sujeitos do campo, por meio da participação, projetem seu próprio espaço de atuação. Certamente, um dos grandes desafios para aqueles que pensam a educação do campo numa perspectiva emancipatória,



é efetivar políticas públicas capazes de garantir que o sujeito do campo, após sua formação, encontre no próprio campo o espaço de atuação para o qual ele foi técnica, política e socialmente qualificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação aqui explícita é que as lutas e o debate da educação do campo, enquanto uma política pública, têm se centrado na escola, ou nos processos de escolarização. É correto afirmar-se que as concepções em que se embasa o currículo da educação do campo explicitam a perspectiva emancipatória do ser humano. Isso, aliás, poder ser percebido no *slogan* de um dos cursos de graduação em andamento: *cultivando gente para um mundo livre...*

Entretanto, o que se está procurando ressaltar aqui é que inexistem articulações ou uma discussão fortalecida que apontem para a necessidade de transformação estrutural no campo, no local de atuação dos sujeitos egressos do processo de formação. Não há dúvidas de que esta educação seja uma das possibilidades primordiais na contribuição para as mudanças sociais, políticas e econômicas do campo. Contudo, formar sujeitos críticos é apenas uma das questões que precisam ser enfrentadas. Nesse sentido, a necessidade de reconstrução e preservação do espaço público como lugar de efetivação da liberdade do homem, é aspecto imprescindível para avançar a transformação da realidade. Essa consideração torna-se ainda mais importante quando pensamos em realidades específicas e delicadas, como é o caso do estado do Maranhão. Aqui, a dureza concreta da existência no campo parece falar por si só, e de forma tão ríspida, que as idéias de liberdade, participação e espaço público chegam a provocar um incômodo estranhamento.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Benedita de; ANTONIO, Clésio A; ZANELLA, José Luís. **Educação do Campo: um projeto de formação de educadores em debate**. Cascavel: Edunioeste, 2008.



ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRASIL/MEC/CNE. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, 2001.

CALDART, Roseli Salete. Sobre a educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Educação do campo: campo-políticas públicas-educação**. Brasília: MDA/Incrá, 2008

CALDART, S. R; CERIOLI, P. R; KOLLING, E. J. (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

KOLLING, E. J; NERY, I; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Editora UnB, 1999

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação – liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt: historia e liberdade (da ação à reflexão)**. Porto Alegre: Educs, 2006.

SILVA, J. R. S. Do cenário e da necessidade de uma educação do campo no Maranhão. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais...** São Luís, 2009.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do campo: propostas e praticas pedagógicas do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.